

Feminismos contemporâneos: mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista

Contemporary feminisms: mediations and powers of feminist and transfeminist cyberactivism

Maria Helena Santana Cruz

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
helenacruz@uol.com.br - orcid.org/0000-0002-7794-278X

Ana Paula Leite Nascimento

Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Lagarto, Sergipe, Brasil.

paulajcbrasil@yahoo.com.br - orcid.org/0000-0002-2050-1596

Recebido em 03 de junho de 2020

Aprovado em 05 de julho de 2021

Publicado em 30 de dezembro de 2021

RESUMO

O estudo objetivou refletir acerca das expressões contemporâneas dos feminismos, demarcando mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista. O artigo abordou o pensamento feminista como movimento histórico, político e filosófico-epistemológico e as “ondas” do feminismo; discutiu a respeito das redes de ciberativismo feminista e transfeminista; expôs o retrato da pesquisa sobre feminismo e transfeminismo no Brasil entre 2015 e 2019; e apresentou as expressões dos ciberativismos feministas e transfeministas. Configurou-se uma pesquisa feminista no caráter teórico-metodológico e da práxis, na perspectiva de fortalecer a relação teoria/prática e Universidade/sociedade; qualitativa do tipo bibliográfica e documental; referenciou-se em teorias críticas do feminismo, transfeminismo e marxismo. Recorreu-se à busca *on-line*: no Portal da Capes pelos descritores *feminismo*, *transfeminismo*, *ciberativismo feminista*, filtrada por Área Avaliação Comunicação e Informação; Educação; e Serviço Social, constatando 324 pesquisas; nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter com os termos *Marcha*, *Coletivo Feminista* e *Transfeminista*, *Frente Feminista* e *Transfeminista*, localizando 438 páginas. A nova “onda” dos feminismos contemporâneos impulsiona novos redesenhos de premissas teóricas e movimentos feministas e transfeministas, estruturados em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares de gênero, raça, sexualidade, classe, geração, territorialidade, entre outros marcadores. As produções acadêmicas apontam a apropriação das teorias como subsídio para as práticas sociais, políticas e educativas; e fortalecimento das epistemologias feministas e transfeministas, das agendas reivindicatórias dos feminismos e transfeminismos e das transformações

provocadas. Os ciberativismos feministas e transfeministas intensificam a organização, a mobilização e as resistências das mulheres, culminando em maior diversidade e potência dos levantes nas redes e nas ruas.

Palavras-chave: Feminismos; Transfeminismos; Ciberativismos.

ABSTRACT

The study aimed to reflect on the contemporary expressions of feminisms, demarcating mediations and potencies of feminist and transfeminist cyberactivism. It approached feminist thought as a historical, political and philosophical-epistemological movement and the “waves” of feminism; discussed the networks of feminist and transfeminist cyberactivism; exposed the portrait of research on feminism and transfeminism in Brazil between 2015 and 2019; and presented the expressions of feminist and transfeminist cyberactivisms. Feminist research was configured in the theoretical-methodological and praxis character, with the perspective of strengthening the theory/practice and University/society relationship; qualitative bibliographic and documentary type; referenced in critical theories of feminism, transfeminism and marxism. An online search was used: on the Capes Portal by the descriptors feminism, transfeminism, feminist cyberactivism, filtered by the Communication and Information Assessment Area; Education; and Social Service, with 324 surveys; on Facebook, Instagram and Twitter social networks with the terms March, Feminist and Transfeminist Collective, Feminist and Transfeminist Front, locating 438 pages. The new “wave” of contemporary feminisms drives new redesigns of theoretical premises and feminist and transfeminist movements, structured in intersectional, transversal and transdisciplinary boundaries of gender, race, sexuality, class, generation, territoriality, among other markers. Academic productions point to the appropriation of theories as a subsidy for social, political and educational practices; and strengthening of feminist and transfeminist epistemologies, the claiming agendas of feminisms and transfeminisms, and the resulting transformations. Feminist and transfeminist cyberactivism intensifies the organization, mobilization and resistance of women, culminating in greater diversity and power of the uprisings on the networks and in the streets.

Keywords: Feminisms; Transfeminisms; Cyberactivisms.

Introdução

O movimento feminista contemporâneo, reflexo das transformações do feminismo original - predominantemente intelectual, branco e de classe média - configura-se como discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases

comuns. As feministas destacam que a opressão de gênero, etnia e classe social perpassa várias sociedades ao longo dos tempos, reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (LOURO, 1999; SCOTT, 1986). A opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como: racismo, classismo, exclusão de grupos de homossexuais e outros grupos minoritários (PRÁ, 1997). O feminismo é uma luta moral e política (que inclui o pessoal e o privado) de oposição às relações sociais de dominação masculina, é um campo político tanto quanto teórico-epistemológico (SCOTT, 1986).

Nesse trabalho, refletimos sobre as manifestações contemporâneas dos feminismos, que comportam os transfeminismos, enfatizando as mediações e potências das redes do ciberativismo feminista e transfeminista; expomos as articulações entre feminismos, transfeminismos, pesquisa e ativismo digital, apresentando o retrato da produção acadêmica brasileira e as expressões dos ciberativismos feministas e transfeministas, tendo em vista a apreensão do feminismo como pensamento filosófico político e teoria prática. Conforme Castells (1999), a nova morfologia social das sociedades e a difusão da lógica de redes tendem a modificar de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

A investigação se caracteriza como pesquisa feminista no seu caráter teórico-metodológico e da práxis, com objetivo de mediar e fortalecer a relação teoria/prática, e a relação Universidade/sociedade, referenciada no exercício dialético de reflexão teórica articulada à realidade objetiva e subjetiva das mulheres, especialmente no compromisso social, dada a função social da Universidade que precisa ser materializada, para oxigenar e construir práticas e políticas entrelaçadas aos processos educacionais de socialização, experiências e (re)produção de práticas sociais, políticas e educativas que possam resultar em mudanças de diferentes ordens no cotidiano, nas demandas e nos múltiplos projetos das mulheres.

A pesquisa feminista se direciona a “uma análise crítica das relações de gênero, na pesquisa e na teoria, uma valorização das dimensões moral e política das pesquisas e o reconhecimento da necessidade de mudança social para melhorar as

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

vidas das mulheres”. (CRUZ, 2014, p. 24). Reconhecemos a marcante relevância e o significativo legado dos estudos críticos feministas por terem revelado e exposto as

[...] conexões ocultas entre o privado e o público, permitindo que se observassem vínculos de poder antes desprezados nas tramas macro e micro das relações sociais. O reconhecimento dessa dimensão da desigualdade social, que pode atravessar diversas assimetrias de poder, acarretou vários modos de resistências epistemológicas, práticas e subjetivas, no sentido de tornar visível e inaceitável o que era considerado natural. (CRUZ, 2014, p. 21-22).

O estudo se referenciou também no materialismo histórico dialético, apropriando-se de premissas metodológicas da teoria social marxiana, na qual:

[...] A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...]. (MARX, 1975, p. 16).

O intento é captar o movimento da realidade e contribuir para a transformação social, destacando a realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras, em uma perspectiva de aproximação, articulação e fortalecimento dos vínculos entre a Universidade e a sociedade. Validamos o pressuposto de que feminismo, transfeminismo e marxismo são teorias críticas que não se excluem e nem se contradizem, pois dialogam entre si e contribuem para apreensão de aspectos que conformam a realidade perquirida nessa pesquisa, como alternativas de análise, interpretação e transformação da realidade que as mulheres estão inseridas e das condições que estão submetidas.

Configurou-se como pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental, consultando várias fontes: levantamento bibliográfico/revisão da literatura para subsidiar a fundamentação teórica e as análises; levantamento documental da produção acadêmica no Brasil sobre Feminismo e Transfeminismo, no íterim de 2015 a 2019, no Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e mapeamento de páginas e/ou perfis nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter para o desenho do ciberativismo feminista e

transfeminista na particularidade brasileira. Na categorização e sistematização da produção de dados, realizamos o esforço de análise exercitando o diálogo entre as/os interlocutoras/es teóricas/os e os dados empíricos acessados.

O pensamento feminista e as “ondas do feminismo”

Em diferentes contextos históricos do Brasil e da América Latina, os movimentos feministas e de várias gerações de mulheres provocaram “ondas” ou “fluxos”, cuja ressonância foi traduzida em diferentes *fases no feminismo, conhecidas como “ondas do feminismo”* (COSTA, 2002; PINTO, 2003; PEDRO, 2012) em épocas distintas, conforme as necessidades políticas, o contexto material e social, e as possibilidades pré-discursivas. As ‘ondas’, ao contrário do que algumas pessoas podem imaginar, não são determinadas por um critério cronológico, mas pelo pensamento feminista, pelas reivindicações e pela elaboração da teoria feminista de cada tempo. Não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos.

A primeira geração (ou onda do feminismo) representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista (estruturado na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância no surgimento do feminismo. Seu objetivo, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se, nesta fase, a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

A segunda fase do feminismo (geração ou onda) ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, especialmente nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade; as francesas, postulavam a necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade à experiência feminina, geralmente negligenciada. As propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por ressaltarem a igualdade, são conhecidas como “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacam as

diferenças e a alteridade são conhecidas como “o feminismo da diferença”. Para Scott (1995), a questão da igualdade e diferença deve ser concebida em termos de paradoxo, ou seja, uma proposição que não pode ser resolvida, apenas negociada: pois é verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Surge a terceira onda do feminismo (ou geração), com o desafio de pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina, concentrando-se na análise das diferenças, da alteridade, diversidade e produção discursiva da subjetividade, deslocando-se o campo do estudo sobre as mulheres e os sexos para o estudo das relações de gênero¹. Nesta fase, o movimento feminista tem grande influência sobre os estudos de gênero contemporâneos, observando-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. (LOURO, 1995; SCOTT, 1986). As questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias de análise que, apesar de instáveis, são consideradas fundamentais para os estudos de gênero (HARDING, 1993; LOURO, 1990; SCOTT, 1986). Estas categorias estão articuladas entre si, e são: conceito de gênero; política identitária das mulheres; conceito de patriarcado e formas da produção do conhecimento científico.

O pensamento da terceira onda integra à teoria de gênero e ao conceito de interseccionalidade por entender que, nas sociedades contemporâneas, capitalismo, sexismo, racismo, etarismo e lesbo/homofobia, entre outras matrizes de opressão, não agem independentemente, são elementos que se intersectam e recortam uns aos outros, modificando-se, mutuamente, estão imbricadas ou em “simbiose” (SAFFIOTI, 2004), como matrizes de opressão que se entrelaçam e se reforçam forjando sistemas de estratificação e opressão interseccionados (CRENSHAW, 2002). Gênero, raça e classe, e demais elementos constitutivos das relações sociais (SCOTT, 1995), não atuam separadamente, não são categorias autônomas. Assim, no contexto da vida social, “gênero” não é vivenciado separadamente.

Precisamos pensar em instrumentos conceituais que nos permitam identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se inter cruzam em diferentes

níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades. Ao serem vistas como inferiores, as mulheres quilombolas, por exemplo, passam a ser alvo do desamparo político e ficam à margem da sociedade. O movimento feminista contribuiu para que as mulheres se tornassem novos sujeitos políticos, dando visibilidade as suas reivindicações. Múltiplas vertentes intrínsecas ao movimento vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas lutas empreendidas pelos Movimentos Negros e pelos Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Convivemos com um grande balé de conceitos, teorias e práticas militantes que foram desenvolvidos em diferentes ondas, da primeira à terceira, do século XIX ao fim do século XX.

O início de uma 'nova onda' não implica no fim imediato da anterior. Hoje, pessoas defendem pensamentos e bandeiras que consideramos como sendo da terceira onda, mas também há quem defenda esquemas de pensamento ligados à segunda onda. Matos (2010) aborda o 'fluxo horizontal do feminismo', ou 'quarta onda', como uma experiência inovadora para os estudos e teorias feministas, permitindo debruçar o olhar entre o local e o global de forma a contribuir para a construção contínua do conhecimento político e acadêmico. Contemporaneamente, o feminismo se multiplica em várias tendências. Discute-se se ainda estaríamos diante de uma 'quarta onda'², ou fase do feminismo, definido pelo uso das tecnologias para construir um movimento popular forte, reativo e multifacetado da tecnologia digital. Com o advento das redes sociais e o surgimento do Facebook em 2004, Twitter em 2006 e Instagram em 2010 (redes de grande alcance na atualidade), o movimento feminista passou a se organizar e expor suas pautas, usando essas mídias como forma de mobilização para ecoar a potente força e resistência das mulheres.

O momento atual é de batalhas mais diversificadas, com ares modernos e intensa movimentação *on-line*. Novos feminismos multifacetados estão emergindo dos *blogs* e das *redes sociais*. Uma das características das novas feministas é que elas, além de se expressarem de forma distinta, têm opiniões divergentes sobre causas polêmicas como: prostituição e direitos trabalhistas das prostitutas. Nesse aspecto, algumas feministas entendem que a regulamentação transforma o corpo da

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

mulher em mercadoria. Por outro lado, se deve pensar quando a prostituição é uma opção para a mulher, e não uma necessidade. A novidade que aconteceu desde o início da terceira onda foi a internet – em especial a que é chamada de “web 2.0”, ou seja, a internet extrapola páginas estáticas, e na qual usuárias/os produzem conteúdo interativo e permitem o acesso a novas ferramentas repletas nas redes sociais. O alcance da internet também proporcionou uma visibilidade maior a grupos não-hegemônicos do feminismo, como as feministas negras e as transfeministas.

Redes de ciberativismo feminista e transfeminista

A mobilização social ganhou amplitude e velocidade com o poder das redes conectadas. Nesse horizonte de conexões, o ciberativismo feminista e transfeminista conquistou força, atraiu potência e popularizou ainda mais os feminismos nos últimos 15 anos, e consiste na utilização da internet por grupos politicamente motivados que difundem informações e reivindicações, com o objetivo de buscar apoio, debater e trocar informação, organizar e mobilizar ações, dentro e fora da rede. Os mecanismos de redes na visão de Domingues (2007, p. 202) são “baseados na colaboração voluntária, que tem proporcionado novas formas de Coordenação da ação social e a articulação, em planos concretos da solidariedade social”.

Por meio do ciberativismo, meninas e mulheres que desconhecem os direitos da mulher podem conhecer, se aproximar e adquirir consciência sobre a importância do feminismo e transfeminismo. Torna-se um instrumento que incentiva o pensamento crítico, promovendo posicionamentos que influenciam tanto a vida pessoal quanto em sociedade. As novas estratégias de comunicação se intensificam com as redes, a exemplo: criar meios de comunicação (*blogs* e portais), promover círculos de debates em grupos de Facebook e listas de e-mail, divulgar informações ligadas à causa. O despertar de novos feminismos na internet também deu voz a outros grupos, que o movimento feminista tradicional não representava. É o caso do *transfeminismo*:

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

[...] como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina [...]. (JESUS, 2014, p. 5).

Muitas das novas militantes são mulheres jovens, educadas na era digital, que passaram a juventude inteira ouvindo que homens e mulheres já tinham direitos iguais. Com a chegada à vida adulta e ao mercado de trabalho, elas se depararam com inúmeros sinais de que a igualdade entre os sexos ainda é uma ilusão e decidiram se organizar para transformar essa realidade. A forma democrática como os grupos são organizados, a diversidade das participantes e a pluralidade de reivindicações incentivam mulheres antes marginalizadas a aderir a alguma das bandeiras feministas e/ou transfeministas e começar a protestar por seus direitos.

Na quarta onda do feminismo, estariam as dezenas de milhares de mulheres que escrevem sobre o assédio, a discriminação e a liberdade sexual, incentivando-as a perceber que a desigualdade não é um problema individual, mas coletivo e que precisa de soluções políticas. Em vez de um movimento único, as novas feministas têm diferentes maneiras de protestar, formam grupos fragmentados e distintos, com causas muitas vezes semelhantes, porém cada movimento tem sua visão de feminismo e sua estratégia para buscar mais igualdade. Existe concordância de que *as gerações do feminismo, quer em seus aspectos políticos quer nos aspectos teórico-epistemológicos, não podem ser entendidas em uma perspectiva histórica linear*. Há até quem tenha trocado a palavra “feminismo” por “feminismos” – assim mesmo, no plural, isto porque seria difícil juntar todas as mulheres em um único movimento, dada a diversidade de suas necessidades e experiências. Isso não significa que o feminismo tenha se enfraquecido, ao contrário: ele se fortaleceu e avivou.

A tensão entre os diferentes feminismos é considerada positiva, pois nos mantém pensando sobre o tema, buscando respostas e tentando descobrir novas visões. Essa é uma das riquezas do feminismo atual, que ele seja múltiplo. Há uma grande movimentação de negras, latinas e lésbicas para se fazerem ouvir. Somadas, as vozes de múltiplos grupos diferentes podem soar mais fortes do que um movimento

feminista unificado (SWAIN, 2001). O feminismo se mantém ativo desde o século XX, conquistando uma série de importantes mudanças em diversos países, como o direito ao divórcio, o direito das mulheres à herança e propriedade de terras, direito e acesso ao mesmo sistema educacional oferecido aos homens, planejamento familiar e educação sexual, entre outras. Nesse tempo todo, é de se imaginar que o pensamento feminista também tenha se transformado junto com a sociedade. É por esse motivo que falamos em “primeira onda”, “segunda onda”, “terceira onda” e uma “quarta onda” do feminismo.

Face ao discurso que reivindica estarmos diante de um “feminismo novo” é fundamental adotar um olhar crítico e, mais do que isso, aproveitar a grande vantagem realmente nova do feminismo: a facilidade em encontrar informações sólidas sobre ele em sites, *blogs* e jornais feministas na rede. Assim, torna-se possível compreender que o movimento nunca deixou de existir e, infelizmente, nunca deixou de ser necessário. Estamos assistindo agora (especialmente a partir dos anos 2000) uma agenda de afirmação de complexidades teórico-práticas feministas que conteria esforços consistentes de: (a) destradicionalização social (afirmando uma dimensão societária); (b) descolonização do saber (uma dimensão epistemológica); e (c) despatriarcalização/desracialização/desheteronormatização, em distintos planos e diferentes graus, de algumas instâncias do Estado, em especial do Poder Executivo (uma dimensão política). Essas transformações estão em curso, assim como estão ocorrendo as muitas resistências conservadoras para frear seus efeitos democráticos.

Ainda enfrentamos o não reconhecimento das diferenças, e a falta de respeito a elas se fazem presentes no antifeminismo, criando novos padrões de violência e recusa explícita à comunicação ou a qualquer potencial diálogo. Cruz e Dias (2015) abordam o Antifeminismo como um movimento expresso em uma atuação voltada a desmascarar e enfrentar os argumentos do movimento feminista, principalmente a igualdade de gênero e o combate a todas as propostas que visam aumentar o poder do feminismo. A expectativa de *blogs* com a linha do antifeminismo é lutar para banir o pensamento feminista, para que se possa ter novamente a mulher ideal (passiva, obediente, amorosa, cuidadosa) criada pelo patriarcado.

As matérias e ações desses *blogs* são pautadas na intolerância à diferença e no controle do corpo, onde divulgam uma era de incerteza e banalização da moral causada pelas feministas, e não mais de reivindicações de direitos. As matérias, geralmente de cunho sensacionalista, contribuem para a intensificação do ódio, do preconceito e da expressão da violência principalmente contra a mulher, e para o retrocesso ao silenciamento feminino. Por amor, pragmatismo ou mero talento assumem que lugar da mulher é cuidando do lar, do marido, não veem motivos para aderir à grita da militância feminista. *Sem ser necessariamente analfabeta política, nem ignorante útil, ela de fato acha que o homem e a mulher têm 'papéis diferentes na sociedade' e que o dela é cuidar da casa, passar os dias atendendo às crianças e apaziguar o marido quando ele chega estressado por causa dos negócios.*

Por um lado, apresenta-se a infinita possibilidade de transformação social do corpo (dispositivos e tecnologias corpóreas, tais como *piercing*, silicone, tatuagem, travestimento, que entram em jogo para questionar a ordem binária que exclui os corpos abjetos). Por outro, está o reconhecimento de que o corpo não é uma matéria amorfa à espera de sua transformação, todavia ele também guarda uma configuração específica que resiste a sua transformação, mas que não existe *per se*: esse corpo foi constituído performaticamente ao longo de uma série de ações repetidas. Tudo isso evidencia a centralidade atual da questão do preconceito discriminativo, sobretudo porque qualquer iniciativa de reflexão contribuirá para tentar superar um dos problemas mais importantes que o século XX deixa de herança, qual seja, o da violência, que funda e fecunda cada vez mais as relações sociais da diferença. No século XIX, o contra-ataque antifeminista se manifestou em várias frentes, e uma destas foi a da educação.

De acordo com Haraway (2000), a verdade é que estamos construindo a nós próprios exatamente da mesma forma que construímos circuitos integrados ou sistemas políticos – e isso traz algumas responsabilidades. A autora não tem qualquer dúvida de que, para sobrevivermos, precisamos acordar para a velocidade das complexas realidades da tecnocultura. Diante de qualquer um dos conhecidos argumentos que se centram nas distinções entre bom e mau, natureza e cultura, certo e errado, biologia e sociedade, nos lembra que o mundo é mais confuso do que essas

distinções nos fazem supor. Com base em alegadas diferenças biológicas entre homens e mulheres, difundia-se a tese da naturalização das diferenças: as mulheres não eram educáveis, no sentido de lhes ministrar formação intelectual equivalente aos homens, porque elas eram seres intelectualmente inferiores. A falta de capacidade aconselhava que não perdessem tempo com tal tarefa. Com o correr dos tempos, o argumento da suposta incapacidade intelectual das mulheres se mostrou ineficaz.

Os estudos sobre a vida das mulheres – formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e manifestação artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico e, mais recentemente, os estudos sobre sexualidade e masculinidade – aos poucos vão exigir mais do que descrições minuciosas e passarão a ensaiar explicações. Os embates e as demandas de grupos específicos revelam que a cidadania é um repositório de interesses divergentes que desfazem sua pretensão universalista. Esse mesmo cenário foi palco de mudanças profundas e aceleradas na condição feminina, com a intensificação dos processos libertários. (RAGO, 2001).

Retrato da pesquisa sobre Feminismo e Transfeminismo no Brasil

Ao levantarmos a pesquisa brasileira a respeito do Feminismo e Transfeminismo no Portal da Capes, de 2015 a 2019, recorreremos à busca *on-line* a partir dos termos *feminismo*, *transfeminismo*, *ciberativismo feminista*, com os filtros: Grande Área Conhecimento *Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas*, e Área Avaliação *Comunicação e Informação*; *Educação*; e *Serviço Social*, localizando 324 produções, cujo refinamento por grau acadêmico foi Mestrado e Doutorado.

Na análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave das dissertações e teses, encontramos 290 pesquisas (89,5%) com discussão sobre *Feminismos*; 5 estudos (1,5%) pautando *Transfeminismos*; e 29 produções acadêmicas (9%) sem abordagem de Feminismos e Transfeminismos, embora constasse nos resultados filtrados pelos descritores. Iremos apresentar o retrato da pesquisa no Brasil, considerando o recorte dos trabalhos que versam acerca dos *Feminismos* e

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

Transfeminismos, sistematizado em 24 Eixos temáticos, categorizados durante a coleta e produção dos dados.

O Eixo 1 *Narrativas dos movimentos feministas, Participação, Performatividade política, Lutas das mulheres, Resistência* concentrou maior percentual das pesquisas com 10,5% (34: 24 dissertações e 10 teses), trazendo abordagens sobre: movimentos feministas e projeto político do feminismo, direção sociopolítica dos movimentos feministas brasileiros, lutas e resistências das mulheres. As narrativas preponderantes foram as dos Movimentos feministas do/no campo (9 estudos): Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra, Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo – Via Campesina, Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri e Marcha das Margaridas; da Marcha das Vadias (6 pesquisas); do Movimento de Mulheres Negras e Marcha das Mulheres Negras (4 trabalhos); da Marcha Mundial das Mulheres (4 produções). Apareceram narrativas do Movimento de Mulheres por Moradia; Movimento Capoeira Mulher; Movimento Estudantil Feminista; dos Movimentos de Mulheres Periféricas; da Associação Meninas e Mulheres do Morro; e do Movimento de Mães (por política de atendimento socioeducativo).

O Eixo 2 *Educação, Currículo, Formação, Relações de gênero e Incidência do feminismo* somou 8,9% (29: 24 dissertações e 5 teses), com discussões que perpassam a formação de educadoras/es e outras categorias profissionais em diferentes áreas e níveis, como: Educação superior, Educação do campo, Educação de jovens e adultos, Educação popular, Educação profissional, Educação infantil, Educação ambiental. Abordam relações de gênero, feminilidade, masculinidade, relações de poder, práticas de resistência, cultura, discurso, subjetividade, emancipação feminina.

O Eixo 3 *Relações patriarcais de gênero, Violências de gênero, Femicídio* totalizou 7,7% (25: 19 dissertações e 6 teses), cuja incidência maior foi das *Violências contra as mulheres* (22), apontando casos de violência na escola, relacionamento abusivo, violência intrafamiliar, violência estrutural, violência obstétrica, violência doméstica, estupro e feminicídio. Os estudos trouxeram à baila a Lei Maria da Penha, os direitos humanos das mulheres, as relações patriarcais de gênero, o machismo, as

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

relações sociais de sexo, raça e classe, as medidas protetivas de urgência. Localizamos pesquisas sobre *Violência sexual contra meninos* (1), *Violência LGBTI* (1) e *Violência sexista* (1), com casos de abuso sexual, discriminação e sexismo.

O Eixo 4 *Identidade feminista, Representações femininas, Feminilidades brasileiras* representou 6,5% (21: 17 dissertações e 4 teses), abordando identidades e representações feministas. As pesquisas demarcam diferentes espaços que as mulheres ocupam e resgatam narrativas biográficas. Discutem feminismo acadêmico, feminismo interseccional, feminismos pós-coloniais e pós-feminismo.

O Eixo 5 *Cinema, Arquétipos femininos, Construção e desconstrução de gênero* computou 6,5% (21: 16 dissertações e 5 teses), com produções sobre cinema de animação, quadrinhos, cinema de mulheres, arquétipos femininos, personagens femininas. Embasadas na teoria feminista do cinema e Teoria *queer*, argumentam as temáticas: liberdade sexual, casamento, maternidade, aborto, carreira, política, comunicação, heteronormatividade, entre outras.

O Eixo 6 *Políticas públicas e Feminismo* abarcou 6,2% (20: 18 dissertações e 2 teses), considerando a intersetorialidade entre as políticas sociais. Constatamos maior incidência atrelada à política de Saúde da Mulher (11), algumas articuladas às políticas de Educação e Assistência Social. Igualmente, investigações sobre a política de Educação (4); Assistência Social (3), articulada à Educação; políticas públicas de Mulheres (1); e Previdência social (1).

O Eixo 7 *Jornalismo feminista, Construção do discurso feminista, Escrita e narrativa feminina contemporânea* estimou 5,9% (19: 15 dissertações e 4 teses), contando com o jornalismo ativista, fotojornalismo e jornalismo alternativo para o reconhecimento das mulheres, a propagação de narrativas e do discurso feminista nos movimentos sociais e no ciberativismo.

O Eixo 8 *Resistência cultural, Performance, Sentidos políticos, Ativismo feminista* perfez 5,2% (17: 11 dissertações e 6 teses), tratando sobre: subcultura, arte e política, produção cultural em uma linha de resistência cultural. Utilizando-se de memórias e representações sociais e midiáticas com expressões no grafite, na música, nas redes sociais, nas performances, na poesia e outras manifestações culturais, referenciadas no Feminismo e Afro-feminismo.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

O Eixo 9 *Gênero, Poder, Participação política, Mulheres e gestão* atingiu 3,4% (11: 10 dissertações e 1 tese), com elementos da política, participação e gestão, salientando a feminização do poder, a representação política, o ciberativismo e as experiências das Mulheres quilombolas, da favela e do movimento LGBT.

O Eixo 10 *Feminismo negro, Interseccionalidade, Educação feminista e antirracista* representou 3,4% (11: 7 dissertações e 4 teses), expondo pautas como: interseccionalidade, relações raciais, comunicação, ciberfeminismo. Essas investigações estimulam a cultura participativa e práticas educativas para irromper o racismo e sexismo. Visibilizam subjetividades, narrativas e representações das mulheres negras, e sustenta-se em teorias do Feminismo negro e da Decolonialidade.

O Eixo 11 *Trabalho, Patriarcado, Superexploração e opressão da força de trabalho feminina, Divisão sexual e racial do trabalho* aferiu 3,4% (11: 7 dissertações e 4 teses), denunciando as seguintes questões: apropriação das mulheres, superexploração da força de trabalho, divisão sexual e racial do trabalho, discriminação de gênero, trabalho doméstico não remunerado, opressão, dominação, que marcam as vivências das mulheres no mundo do trabalho, atravessado por relações patriarcais de gênero e capitalistas.

O Eixo 12 *Produção teórica feminista, Ciência e pensamento feminista* aglutinou 3,1% (10 dissertações), discutindo sobre: feminismo, gênero, pensamento científico, marxismo, feminismo latino-americano, ressaltando as publicações feministas e a relação Mulheres e Ciência.

O Eixo 13 *Militância e mobilização feminista nas redes sociais, Ciberativismo feminista e Feminismo digital* totalizou 2,8% (9 dissertações), com os pontos: movimento feminista, ciberativismo, ciberfeminismo, cibercultura, evidenciando formas de comunicação social, pedagogias culturais e estratégias discursivas por meio das redes sociais, e resultados da mobilização feminista e do ativismo digital.

O Eixo 14 *Gênero, Processos de formação política feminista, Consciência militante feminista* somou 2,8% (9 dissertações), cujas reflexões foram: auto-organização, pedagogias feministas, movimentos feministas, jovens feministas, representações sociais, formação política, educação popular, indicadores

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

emancipatórios, políticas públicas, identidade, interseccionalidade, raça, gênero, ocupação, construção da consciência militante feminista e da equidade de gênero.

O Eixo 15 *Economia Feminista, Organização produtiva e auto-organização das mulheres, Pedagogia Feminista* teve 2,8% (9: 6 dissertações e 3 teses), com os temas: gênero, estudos feministas, economia feminista, empreendimentos econômicos solidários, empoderamento, educação popular, formação, cultura popular, pedagogia feminista, políticas sociais, políticas culturais, mulheres do campo, comunidades tradicionais, agricultura familiar, auto-organização, relações de gênero.

O Eixo 16 *Corpo, Performances ativistas e Feminismo* contabilizou 2,5% (8: 6 dissertações e 2 teses), trazendo pesquisas sobre: feminismo, pós-feminismo, gênero, ativismo, arte, performance, mídia, corpo, gordofobia, rede social, aspectos sociais, comunicação e consumo, sujeito neoliberal feminino, empoderamento, pornografia, pornocultura, subjetivação, tatuagem, imagem corporal em mulheres.

O Eixo 17 *Gênero e sexualidades* estimou 1,5% (5 dissertações), abordando as pautas: feminismos decoloniais, gênero, corpo, sexualidade, representação e prática social, homossexualidade, interseccionalidade, educação, cartografia, micropolíticas, identidade, estereótipo.

O Eixo 18 *Transfeminismos* representou 1,5% (5: 4 dissertações e 1 tese), cujos trabalhos versaram sobre: transfeminismo afroindígena, estratégias decoloniais, direitos à saúde sexual e reprodutiva, políticas do corpo, nome social, banheiros, Universidade, movimento LGBT, jovens trans, travestis, mulheres trans, trabalho contemporâneo, homens trans, identidade de gênero, relações patriarcais de gênero, transmasculinidade, sistema prisional, direitos sociais, relações sociais de sexo.

O Eixo 19 *Feminismo, Maternidade, Trajetórias escolares de mulheres/mães e desafios da permanência* somou 1,2% (4 dissertações), discutindo a respeito de: maternidade, ciberativismo, feminismo, educação, mulheres mães, gravidez na adolescência, evasão escolar, políticas públicas, gênero, raça, classe.

O Eixo 20 *Feminismo, Classismo e Sindicalismo* marcou 1,2% (4 dissertações), contribuindo a partir das temáticas: feminismo marxista, classismo, movimento sindical, divisão sexual do trabalho, participação política feminina, mulheres

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

sindicalistas, representação política, mulheres trabalhadoras, produção e reprodução social, emancipação feminina, organização, lutas das trabalhadoras.

O Eixo 21 *Gênero, Feminismo, Masculinidades, Patriarcado* perfez 1,2% (4: 2 dissertações e 2 teses), cujas investigações trataram sobre: gênero, identidade, feminismo, masculinidades, currículo, pedagogias, homens, patriarcado.

O Eixo 22 *Feminização do cárcere* estimou 1,2% (4: 1 dissertação e 3 teses), expondo as abordagens: sistema penitenciário, feminização do cárcere, punitivismo, jovens mulheres, socioeducação, projeto de vida, relações de gênero, políticas penitenciárias, interseccionalidade, encarceramento em massa de mulheres negras.

O Eixo 23 *Infância, Patriarcado e Relações de gênero* correspondeu apenas a 0,9% (3 dissertações), salientando os elementos: publicidade, infância, patriarcado, divisão sexual dos brinquedos infantis, relações de gênero, educação infantil.

O Eixo 24 *Discurso de ódio antifeminista* teve somente 0,6% (2 dissertações), traçando a seguinte linha: antifeminismo, antagonismos, análise do discurso, comunicação, emoções, discurso de ódio, internet, gênero, feminismos.

As pesquisas produzidas se fundamentaram em teorias feministas e transfeministas de distintas vertentes. Foram transversais os aportes dos feminismos e transfeminismos, estes em menor incidência, mas já ocupando centralidade nas discussões acadêmicas. No exercício de imersão para conhecer diferentes premissas teóricas, grupos e realidades, pesquisadoras/es esquadriham, descrevem e analisam categorias, vivências e narrativas, transformando-as em produções científicas de referências para tornar conhecidas as temáticas, demandas, necessidades, pautas; subsidiar políticas públicas e provocar mudanças sociais, culturais, políticas, entre outras contribuições acadêmicas e sociais.

As investigações retrataram, em sua maioria, movimentos sociais feministas e transfeministas, formação gendrada e feminista, múltiplas violências, identidades feministas, arquétipos femininos e políticas públicas, visibilizando histórias, experiências, formas de organização, resistências e lutas das mulheres, amparadas nos processos de consciência crítica. Houve registro da emergência e das contribuições dos novos movimentos em rede, das interconexões e ações por meio das redes sociais, associadas aos diversos temas, como estratégias que fortalecem

as identidades coletivas feministas e transfeministas no ciberespaço, enquanto campo que expressa e potencializa epistemologias feministas e transfeministas, performatividades políticas e agendas de reivindicações das mulheres.

Os estudos de gênero e estudos feministas inauguram e/ou avivam, em áreas que já incorporam esses debates, práticas pedagógicas feministas e transfeministas que provocam transformações na formação profissional e política, e na atuação técnica e militante/ativista. Isso remete à comprovação de que é falsa a oposição entre ciência e política, assim como é falsa a dicotomia entre teoria e prática, pois são indissociáveis e juntas refletem a práxis socioeducativa, sociopolítica e sociocultural, que pode evocar e produzir melhorias nas condições objetivas e subjetivas de vida e existência das mulheres, alterando algumas realidades nos espaços públicos e/ou privados, apesar dos retrocessos e desafios hercúleos enfrentados face aos pilares históricos da estrutura patriarcal, capitalista, misógina, racista e cisheteronormativa ainda sobressalentes na sociedade.

Expressões dos ciberativismos feministas e transfeministas

Faz-se necessário mapear as expressões dos ciberativismos feministas e transfeministas na particularidade brasileira, porque são potentes espaços de organização, mobilização e lutas sociais, que fortalecem a capacidade de resistência das mulheres e de proposituras que incidem em melhores condições de vida às mulheres e à sociedade em geral.

Navegamos nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter para conhecer e apresentar o panorama do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil. A busca se referenciou nos descritores: *Marcha, Frente Feminista, Frente Transfeminista, Coletivo Feminista, Coletivo Transfeminista*. No termo *Marcha*, consideramos somente perfis com pautas feministas e transfeministas.

Acessamos 438 páginas: 434 perfis feministas (99,1%); e apenas 4 transfeministas (0,9%). Notamos maior representatividade dos Coletivos: 295 (67,3%); na sequência as Frentes: 98 perfis (22,4%) e a menor soma nas Marchas: 45 (10,3%). Não delimitamos o ano para a localização das páginas, encontrando perfis criados no

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

interim de 2009 a 2020. Da totalidade, o Facebook aglutinou maioria: 376 perfis (85,8%); o Instagram 48 páginas (11%); e o Twitter: 14 (3,2%).

Na pesquisa dos *Coletivos*, observamos 295 páginas no período de 2011 a 2020: 293 feministas (99%) e 2 transfeministas (1%). Esboçaremos 11 (onze) páginas com maior número de seguidoras/es.

A *Coletiva Feminista Radical Matinta*³ possui 49.209 pessoas seguindo e 48.781 curtem. A descrição do perfil foi exposta em verso:

Sou Matinta Feiticeira, renegada; Me nomearam mulher; Casta, cuspidas e maltratada. Ao nascer fui castigada; Me lançaram à maldição; Pois nasci com uma boceta; É um crime sem perdão; À noite o homem teme meu assobio de rasga-mortalha; Mas de dia me bate e me estupra; Só me quer sem vida e calada; Em andanças descobri que outras iguais a mim existem; De igual força, igual coragem; E ao teu império resistem; Te prepara, homem, já; Estamos juntas a nos erguer; Toda noite e todo dia nossa voz tu vais temer; Vamos unidas lutar; Teu império derrubar; Somos mulheres, somos guerreiras; Juntas somos Matintas Pereras.

O *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*⁴: 40.845 seguem e 40.009 curtidas. É uma Organização Não Governamental que desenvolve desde 1985 trabalho de atenção primária à saúde da mulher em uma perspectiva feminista e humanizada. Inspirado pela experiência feminista internacional, o método utilizado é o da crítica ao modelo médico clássico da gineco-obstetrícia. O Coletivo vem propondo uma “medicina suave” – dos tratamentos naturais e menos agressivos – e de preocupação com o conhecimento do corpo como um dos elementos centrais para a saúde.

O *Coletivo Feminista S Saúde*⁵ com 29 mil seguidoras/es: um espaço para todas as pessoas que buscam autonomia, autoconhecimento e atendimento à saúde. O *Coletivo Feminista Unigranrio*⁶ agrega 25,4 mil seguidoras/es: é um Coletivo Feminista de Medicina Unigranrio Barra.

O *Coletivo Feminista Classista Marielle Franco*⁷ totaliza 18.614 pessoas que seguem e 18.271 curtidas: surgiu em meio à necessidade de conhecer a história do movimento feminista; constitui a Colateral da Resistência/PR e contribui na construção do feminismo, reafirmando o brado “Marielle Vive!”.

A *Bancada Feminista do PSOL*⁸ contabiliza 10.562 seguidoras/es e 10.269 curtem. A descrição demarca: “Somos mães, negras, trabalhadoras e trans. Somos

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

uma pré-candidatura feminista à vereança em São Paulo pautada no ecossocialismo e em defesa dos interesses das mulheres da classe trabalhadora”.

O *Coletivo Feminista Rosa Lilás Sorocaba*⁹: 10.258 pessoas seguindo e 9.882 curtidas. É um Coletivo Feminista interseccional (contra machismo, racismo, LGBTfobias e pela luta de classe), enfatizando: “Lutamos pela emancipação da mulher e igualdade de gênero”.

O *Coletivo Feminista Carolina de Jesus*¹⁰: 9.436 seguidoras/es e 9.090 curtem. Coletivo Feminista da UFSCar, Campus Sorocaba, formado por minas para as minas; Coletivo feminista (sem vertente única associada) idealizado em 2015 por algumas mulheres cansadas do patriarcado em uma salinha da UFSCar.

O *Coletivo Feminista Flores de Frida*¹¹: 8.683 pessoas seguindo e 8.655 curtidas. Na descrição, menciona: “Somos um coletivo diversificado de universitárias que busca o empoderamento feminino a partir da sensibilização e participação ativa de mulheres”. Surgiu da união das estudantes de diversos cursos da Unifacs - Salvador, em prol da luta pelos direitos das mulheres.

O *Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Nacional*¹² com 8.678 seguidoras/es e 8.410 curtem: dirige suas ações nos interesses das trabalhadoras em luta contra a exploração capitalista. A *Cunhã Coletivo Feminista*¹³: 7.503 seguem e 7.375 curtidas. É uma organização social sem fins lucrativos que atua em João Pessoa (PB), no Nordeste do Brasil, desde 1990.

No mapeamento das *Frentes*, apuramos 98 páginas, criadas no intervalo de 2012 a 2020, sendo 100% dos perfis feministas. Destacaremos 6 (seis) páginas com maior alcance nas redes sociais.

A *Frente Feminista de Londrina - 8M Londrina*¹⁴ soma 10.804 pessoas seguindo e 10.530 curtem. As *Amazonas*¹⁵: 9.478 seguem e 9.445 curtidas. Em sua descrição, cita: é uma “Frente feminista criada por alunas da UTFPR - Pato Branco”.

A *Frente Feminista USP*¹⁶ com 3.712 seguidoras/es e 3.691 curtem. A *Frente Feminista de Esquerda*¹⁷ totaliza 3.593 pessoas seguindo e 3.503 curtidas: é composta por coletivos feministas, organizações políticas e independentes para unificar a luta contra o machismo e a exploração. A *Frente Feminista Mackenzista*¹⁸ somando 3.512 que seguem e 3.502 curtem.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

A *Frente Feminista da UFBA*¹⁹ totaliza 3.487 seguidoras/es e 3.431 curtidas. É um espaço auto-organizado das mulheres estudantes da UFBA para construir ações de enfrentamento e transformação da realidade. Discutem sobre suas vivências e na ação constroem um projeto de Universidade em que homens e mulheres sejam iguais e livres, sem discriminação de raça/etnia, e possam exercer sua sexualidade com autonomia. Na descrição, salienta: “Queremos avançar nas ações afirmativas, queremos um política de permanência estudantil para as mulheres, queremos produzir conhecimento para a disputa do poder e para mudar a vida do povo e das mulheres da classe trabalhadora!”.

Ao levantar as *Marchas*, identificamos 45 páginas: somando 96% de perfis feministas (43) e 4% transfeministas (2), criados de 2009 a 2019. Iremos expor 9 (nove) páginas que foram majoritárias no quantitativo de seguidoras/es.

A *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver*²⁰: 24.426 pessoas seguem e 24.028 curtem. Em sua descrição, assinala: uma iniciativa de articular as mulheres negras brasileiras, organizações de mulheres negras, outras organizações do Movine (Movimento Negro) e todo tipo de organização que apoie a equidade sociorracial e de gênero.

A *Marcha Mundial das Mulheres*²¹ com 21,9 mil seguidoras/es e 8.168 tweets: é um movimento feminista e anticapitalista, endossando a palavra de ordem “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

A *Marcha das Vadias Sampa*²² tem 19.388 seguindo e 19.260 curtidas. A Marcha das Vadias de São Paulo, assim como as Marchas das Vadias no mundo, marcha para que a sociedade entenda que as mulheres não são responsáveis pela violência que sofrem: a sobrevivente nunca é culpada, culpado é o agressor.

A *Marcha das Vadias de Brasília*²³: 14.711 seguem e 14.705 curtem. A Marcha das Vadias do Distrito Federal aconteceu pela primeira vez em 18 de junho de 2011 com cerca de 2 mil participantes: mulheres, homens e crianças se manifestaram, empenharam, se indignaram e gritaram por um mundo sem machismo.

A *Marcha Mundial das Mulheres*²⁴ com 14,5 mil seguidoras/es, salientando o mote “Resistimos para viver, marchamos para transformar!”. A *Marcha do Orgulho*

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

*Trans*²⁵ agrega 13 mil seguidorxs. Na descrição, explica que a Marcha Trans é organizada por pessoas trans e para pessoas trans e todes aliades.

A *Marcha das Vadias Curitiba*²⁶ soma 10.348 pessoas seguindo e 10.337 curtidas. A Marcha existe em resposta à culpabilização da mulher em casos de violências. Em 2011, foi realizada, em Curitiba, a primeira Marcha das Vadias, buscando refletir sobre a culpabilização da mulher em casos de agressão sexual.

A *Marcha das Vadias Belo Horizonte*²⁷ contabiliza 10.249 seguidoras/es e 10.223 curtem. Em sua descrição, há o mote da Marcha das Vadias 2016: Legalizar o aborto pela vida das mulheres!

A *Marcha das Mulheres Negras de São Paulo*²⁸: 8.298 seguem e 7.544 curtidas. O objetivo dessa página é dar visibilidade às articulações do estado de São Paulo durante a construção da Marcha das Mulheres Negras.

A internet mudou as formas de comunicação, interação e de organização social e política. O desenho exposto revela a força do ciberativismo em uma tendência de crescimento a cada ano nas diferentes redes sociais. Nesse direcionamento, as comunidades virtuais potencializaram os agrupamentos e movimentos de mulheres com múltiplas expressões dos ciberativismos feministas e transfeministas.

No Brasil, o ano de 2015 figurou o ponto alto da mobilização físico-virtual crescente que se retroalimentava dos acontecimentos e fenômenos que instigaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas. Aumentaram as buscas no *Google* usando os termos *feminismo* (86,7%) e *empoderamento feminino* (354,5%). A articulação e mobilização *on-line* foram tão surpreendentes e com diversidades de pautas que a mídia batizou 2015 como o ano da *Primavera das Mulheres* em alusão à Primavera Árabe. As identidades feministas se fortaleceram: muitas mulheres, ao exercitar o compartilhamento, estavam a se identificar com os feminismos na rede, e isso traçou um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo estereótipos que foram cultivados durante muito tempo em relação ao movimento feminista (BUIIONI; LOPES, 2018; DUTRA, 2018; NATANSOHN; REIS, 2017).

Os diversos movimentos em redes, conforme dados expressos, comprovam que o ciberativismo se constitui como uma ferramenta comunicacional educativa e política para a formação das mulheres, assim como uma organização e divulgação

das demandas, além de ser potência das lutas sociais feministas e transfeministas cotidianas. A mobilização das mulheres por meio das comunidades virtuais feministas e transfeministas culmina em levantes e atos nas ruas, visibilizando a agenda de lutas e dando concretude às propostas e ações que combatem opressões, explorações e violências de diferentes dimensões.

É incontestável que o ciberfeminismo, configurado como movimento social, “[...] consegue ressignificar elementos do feminismo a partir das novas tecnologias e dos espaços ocupados pelas mulheres”. (DUTRA, 2018, p. 25). E, sem dúvidas, “extrapolando as fronteiras utilizando as redes sociais, fez mulheres das mais variadas classes sociais, religião, raça/etnia e gênero se unirem para a subversão no processo de comunicar e resistir”. (DUTRA, 2018, p. 25).

À guisa de conclusão

Captamos que essa nova “onda” dos movimentos feministas no Brasil se apresenta como um momento analítico que elenca particularidades para os estudos e as teorias feministas e transfeministas a partir da proposta de um campo crítico das diferenças, de novos redesenhos dos movimentos feministas e transfeministas que estão redesenhando novas propostas teóricas. Esse processo se dá mediante uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares de gênero, raça, sexualidade, classe, geração, territorialidade, entre outros marcadores.

As redes de ativismos feministas e transfeministas combativos estão redescobrando a ideia do impossível, reivindicando tanto pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O retrato da pesquisa no Brasil sobre feminismos e transfeminismos revela a importância da indissociabilidade entre teoria e prática, indicando a necessidade de potencializar a relação Universidade/sociedade, visto que os estudos evidenciam a apropriação e o aprofundamento das teorias como fundamento que alicerça as práticas sociais, políticas e educativas coletivas na direção de fortalecer as

epistemologias feministas e transfeministas, os projetos políticos, as agendas reivindicatórias dos feminismos e transfeminismos, e as transformações provocadas e enlaçadas pelas contribuições teóricas e práticas dos estudos e levantes. Os movimentos (no ciberativismo e/ou nas ruas), as pautas, as lutas e as resistências feministas e transfeministas são mediadas pela interseccionalidade dos marcadores que constituem as objetividades e subjetividades das existências das protagonistas dos feminismos (históricos e de suas expressões contemporâneas), assim como das protagonistas dos transfeminismos em ascensão.

No mapeamento das redes sociais, descobrimos o arsenal de comunidades virtuais que ocupam o ciberespaço na dinâmica brasileira, mas interconectadas à conjuntura mundial, posto que os ciberativismos rompem as fronteiras limítrofes, antes impeditivas dos diálogos e das trocas de experiências. Embora tenha sido restrito às nomenclaturas Marchas, Frentes e Coletivos Feministas e Transfeministas, constituiu importante resultado para apresentar o legado e a multiplicidade dos ciberativismos feministas e transfeministas, e o papel de alargar a articulação e mobilização das mulheres por intermédio das redes, em constante diálogo entre os perfis e movimentos, e entre as realidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

Avaliamos que essa combinação de discursos e práticas mobilizadoras (a um só tempo: históricas, políticas, educativas e sociais) que reconhecem a interseccionalidade das diferenças como dado inescapável e força politizadora das lutas sociais, é o que tem sido a tônica de movimentos feministas e transfeministas no Brasil e na América Latina, e de elementos muito significativos das forças transformadoras atuais das nossas sociedades.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

BUITONI, Dulcilia Schroeder; LOPES, Martha. "Revista AzMina" e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018, p. 21-40. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24613/16005>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas. UNICAMP, v. 19, 2002, p. 59-90. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. **Rev. Estud. Fem.** [online], Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CRUZ, Maria Helena Santana. A crítica feminista à ciência e contribuição à pesquisa nas ciências humanas. **Revista de Estudos de Cultura da UFS**, 2014, p. 15-27. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2949/2596>. Acesso em: 11 jan. 2020.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 1, jan./abr., 2015, p. 33-42. Disponível em: <https://trapiche.revistas.ufs.br/index.php/revec/article/view/3651>. Acesso em: 13 fev. 2020.

DOMINGUES, José Maurício. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2018, p. 19-31. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384/17906>. Acesso em: 11 jun. 2021.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. (Orgs.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 33-118.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1993, p. 7-31. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984/14483>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. *In: JESUS, Jaqueline Gomes de [et. al.]. (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas***. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, p. 3-18.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e reconstrução. **Educação e Realidade**, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, 1995, p. 101-132. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em: 13 fev. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, jun., 2010, p. 67-92. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2020.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a "Primavera Feminista" brasileira. **Tríade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017, p. 113-130. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096/2817>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática. *In: STREY, Marlene Neves. (Org.). **Mulher: Estudos de gênero***. São Leopoldo: UNISINOS, 1997, p. 39-57.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "segunda onda". Corpo, Prazer e Trabalho. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil***. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbrri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, 91(5), 1986, p. 1053-1101.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644446906>

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e representações sociais. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 34, 2001, p. 11-44.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

Notas

¹ Algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas – cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista – dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional. (SCOTT, 1986).

² Uma 'quarta onda' é apontada (MATOS, 2010), na perspectiva teórico-acadêmica, referente ao feminismo do Sul (ancorado em teorias latino-americanas e brasileiras) para o Norte global (ancorado em teorias anglo-saxônicas), tomada como luz a nortear futuros estudos, pautados nas teorias feministas de dimensões sócio-históricas e culturais brasileira e latino-americana.

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivaMatinta/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoFeminista/>. Acesso em: 4 jan. 2021.

⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/coletivo_feminista/. Acesso em: 5 jan. 2021.

⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/coletivo_feminista/. Acesso em: 5 jan. 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mariellecoletivo/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/bancadafeministapsol/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/RosaLilasSorocaba/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/CFCarolinaJesus/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Coletivo-Feminista-Flores-de-Frida-255502588127983/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/CFCAMBR/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/cunhanfeminista/>. Acesso em: 4 jan. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/frentefeministadelondrina/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

¹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/FrenteAsAmazonas/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/frentefeminista.usp/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/FrenteFeministaDeEsquerda/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/frentefemmack/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

- ¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedasmulheres/>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/Marchamnegra/>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ²¹ Disponível em: <https://twitter.com/marchamulheres>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ²² Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSP/>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ²³ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ²⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/marchamulheres/>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ²⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/orgulhotrans/>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiascwb/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadias/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mmnegrasSP>. Acesso em: 13 dez. 2020.